

Dossiê Especial: A Disputa pelo Palácio

Iguaçu nas Eleições de 2026

Radiografia dos Candidatos, Passivo Jurídico, Produção Legislativa e o Teste da Realidade Institucional

As eleições gerais de 2026 no estado do Paraná marcam o encerramento de um ciclo de oito anos sob o comando de Carlos Massa Ratinho Junior (PSD). Com a impossibilidade constitucional de um terceiro mandato consecutivo para o chefe do Poder Executivo estadual, o Palácio Iguaçu transformou-se no epicentro de uma das disputas mais acirradas e complexas da história recente da política paranaense.

A corrida eleitoral de 2026 reflete uma divisão profunda no campo conservador e liberal — cindido entre a força da máquina administrativa do PSD e a musculatura eleitoral do bolsonarismo lavajatista —, ao mesmo tempo em que a centro-esquerda e legendas ideológicas tentam capitalizar o desgaste de privatizações estratégicas, as polêmicas no modelo educacional e o impacto das tarifas nas novas concessões de rodovias.

Este dossiê oferece um levantamento completo sobre o quadro eleitoral de 2026 no Paraná: perfis biográficos e profissionais fora da política, atuação legislativa e executiva anterior, histórico de processos judiciais e deliberações em tribunais de contas e comitês de ética, além de uma análise comparativa rigorosa entre as propostas apresentadas e a realidade fiscal, orçamentária e jurídica do Estado.

MAPA DA SUCESSÃO PARANAENSE - 2026			
[POLO GOVERNISTA / MÁQUINA]		[POLO CONSERVADOR / LAVAJATO]	
• Sandro Alex (PSD)		• Sergio Moro (PL)	
• Vice: Rafael Greca (MDB)		• Apoio: Bases Bolsonaristas	
• Continuidade Administrativa		• Pauta Anticorrupção / Linha-Dura	

[POLO OPOSIÇÃO / PROGRESSISTA]	[POLO LIBERAL / OUTSIDERS]
• Requião Filho (PDT)	• Luiz França (Missão / MBL)
• Crítica às Privatizações e Pedágios	• Tayná Miessa (UP), Salomão (Mobiliza)
• Defesa da Gestão Pública Direta	• Samuel de Mattos (PSTU), Funileiro (PCO)

1. O Cenário Político-Eleitoral: A Engenharia das Forças em Disputa

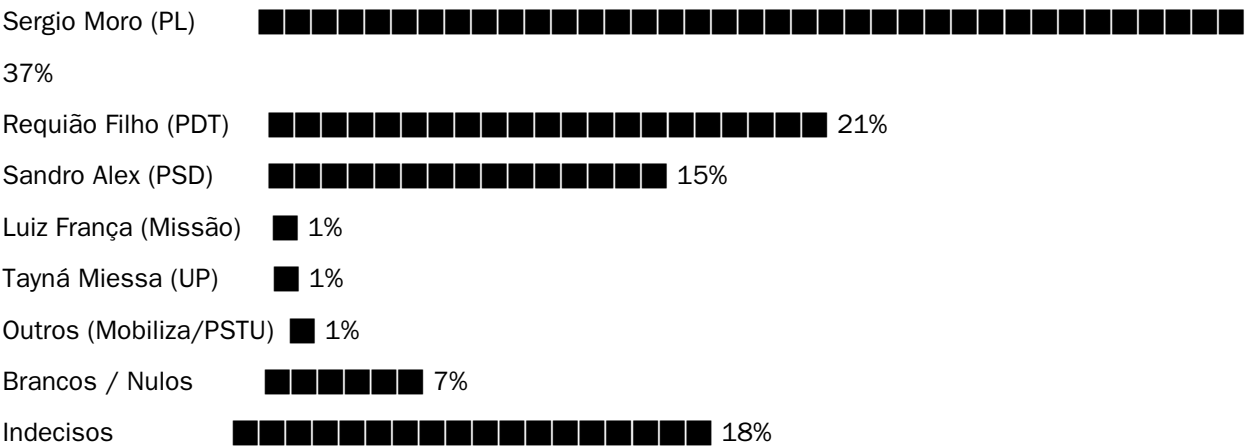
O Paraná ingressa no pleito de 2026 ostentando indicadores socioeconômicos de destaque: é a 4ª maior economia do país em participação no Produto Interno Bruto (PIB), impulsionada pela agroindústria exportadora, complexo automotivo e logística portuária de Paranaguá. A alta aprovação do governo Ratinho Junior (com índices de aprovação oscilando entre 65% e 70% segundo institutos de pesquisa) consolidou o PSD como o partido hegemônico nos 399 municípios do estado.

Contudo, a sucessão estadual fragmentou a base governista em função de ambições nacionais e projetos antagônicos para o Senado e para a Presidência da República:

- 1. A Máquina e a Continuidade (Sandro Alex / Rafael Greca):** O PSD estadual bateu o martelo em torno do deputado federal e ex-secretário de Infraestrutura e Logística **Sandro Alex**, compondo chapa pura com a indicação do ex-prefeito de Curitiba **Rafael Greca (MDB)** para a vice-governadoria. A estratégia apoia-se nos índices de entregas de obras, atração de investimentos privados e na capilaridade de mais de 80% das prefeituras sob controle da base.
- 2. O Lavajatismo Conservador (Sergio Moro):** O senador **Sergio Moro (PL)** consolidou sua candidatura ao governo estadual articulando o eleitorado conservador antipetista, a memória simbólica da Operação Lava Jato e a aliança com as correntes bolsonaristas, liderando as pesquisas de intenção de voto no primeiro turno.
- 3. A Oposição Trabalhista e Crítica (Requião Filho):** O deputado estadual **Requião Filho (PDT)** assumiu o papel de principal voz de oposição institucional na Assembleia

Legislativa do Paraná (ALEP), canalizando o voto dos servidores públicos, de setores da educação básica contrários ao programa *Parceiro da Escola* e da população insatisfeita com a desestatização da Copel e os novos pedágios.

Pesquisa Eleitoral Estimada — 1º Turno (Consolidado Quaest / TSE - Agosto/2026)



2. Perfis Detalhados: Biografia, Registro Público, Atuação e Passivo Jurídico

2.1. Sergio Moro (Partido Liberal - PL)

A. Trajetória Profissional Fora da Vida Política

- **Origem e Formação Acadêmica:** Nascido em Maringá (PR) em 1972, graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 1995. Concluiu mestrado (2000) e doutorado (2002) em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou estágio no programa de instrução para advogados da Harvard Law School em 1998.
- **Magistratura Federal (1996–2018):** Aprovado em concurso público como Juiz Federal da 4ª Região aos 24 anos. Atuou em varas cíveis e criminais, especializando-se em crimes financeiros, combate à lavagem de dinheiro e crime organizado transnacional.
- **Operação Lava Jato (2014–2018):** Como titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, presidiu a fase judicial de primeira instância da maior investigação de corrupção

corporativa do país, proferindo sentenças contra altos executivos de empreiteiras e lideranças partidárias.

- **Setor Privado e Consultoria:** Após deixar o Ministério da Justiça em 2020, atuou como diretor administrativo e sócio-consultor na firma internacional de consultoria *Alvarez & Marsal* em Washington e São Paulo, especializando-se em programas de *compliance* corporativo e resolução de disputas complexas.

B. Atuação Executiva e Legislativa Anterior

- **Ministério da Justiça e Segurança Pública (2019–2020):**
 - Formulou o **Pacote Anticrime** (convertido parcialmente na Lei nº 13.964/2019), que instituiu o banco nacional de perfis genéticos, endureceu regras de cumprimento de pena para membros de organizações criminosas e aperfeiçoou o confisco alargado de bens.
 - Coordenou a transferência e o isolamento de lideranças de facções criminosas (como o PCC) para presídios federais de segurança máxima.
 - Estruturou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) e operações integradas nas fronteiras paranaenses (Foz do Iguaçu e Guaíra).
- **Senado Federal (2023–2026):**
 - Eleito em 2022 com 1.953.188 votos (33,5% dos votos válidos).
 - Atuação focada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Segurança Pública (CSP).
 - A autoria de proposições para criminalização do planejamento de atentados contra agentes públicos e juízes, restrição ao benefício de saída temporária de presos (fim das "saidinhas") e medidas de austeridade fiscal na administração pública.
 - Titular na CPMI do 8 de Janeiro e atuação em comissões temáticas de reforma tributária e do Código Penal.

C. Passivo Jurídico, Processos e Julgamentos nos Tribunais

- **Julgamento da AIJE no TRE-PR e TSE (2023–2024):** Alvo de Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJEs) propostas pelas federações do PT e do PL, sob a acusação de abuso de poder econômico, uso indevido de meios de comunicação e arrecadação ilícita durante a pré-campanha presidencial de 2022 antes da migração para a disputa ao Senado. Em abril de 2024, o TRE-PR rejeitou os pedidos por 5 votos a 2; em maio de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) **absolveu o senador por unanimidade (7 a 0)**, assentando a inexistência de gastos excessivos ou gravidade suficiente para cassação de mandato.
- **Suspeição e Decisões do STF na Lava Jato:** Teve processos da Lava Jato anulados pelo Supremo Tribunal Federal em 2021 em razão do julgamento do HC 166.373 (que declarou a incompetência territorial da 13ª Vara Federal de Curitiba) e do HC 164.493 (que declarou a parcialidade/suspeição do magistrado no caso do Triplex do Guarujá com base em diálogos vazados na Operação Spoofing).
- **Conselho de Ética e Decoro do Senado:** Sofreu representações regimentais por parte da base governista federal em decorrência de declarações e vídeos gravados em eventos privados, arquivadas pela Mesa Diretora da Casa.

2.2. Sandro Alex (Partido Social Democrático - PSD)

A. Trajetória Profissional Fora da Vida Política

- **Origem e Formação:** Nascido em Ponta Grossa (PR) em 1972, graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- **Comunicação e Radiodifusão:** Construiu carreira de três décadas como comunicador e radialista no interior do estado, atuando como diretor geral e âncora na Rádio Sant'Ana e em veículos de comunicação dos Campos Gerais. A projeção popular obtida através de programas de jornalismo comunitário e prestação de serviços viabilizou sua entrada na vida político-partidária.
- **Atuação Setorial:** Foi dirigente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP) e integrou comitês de comunicação social do setor privado.

B. Atuação Executiva e Legislativa Anterior

- **Câmara dos Deputados (2011–2026):**
 - Eleito deputado federal por quatro mandatos consecutivos (2010, 2014, 2018 e 2022).
 - Presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara.
 - Atuou como relator de matérias na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e vice-líder de blocos parlamentares governistas.
 - Votações expressivas na defesa de incentivos fiscais para a indústria de tecnologia da informação e no Marco Legal das Telecomunicações.
- **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná (SEIL / 2019–2022 e 2023–2026):**
 - Principal operador técnico e político do pacote de obras do governo Ratinho Junior.
 - Estruturou e licitou a **nova modelagem do Pedágio do Paraná** (parceria com o Governo Federal e ANTT em 6 lotes rodoviários, cobrindo mais de 3.300 km de estradas).
 - Conduziu a ampliação e modernização dos Portos de Paranaguá e Antonina (Portos do Paraná), atingindo recordes históricos de movimentação de cargas (mais de 65 milhões de toneladas/ano).
 - Coordenou os estudos do projeto da Nova Ferroeste e o programa de pavimentação da malha estadual e vicinais do agronegócio.
- **Composição de Chapa:** Articulou aliança com **Rafael Greca (MDB)**, ex-prefeito de Curitiba por três gestões, como candidato a vice-governador, visando consolidar os votos da Região Metropolitana da capital.

C. Passivo Jurídico, Processos e Fiscalização de Contas

- **Tribunal de Contas da União (TCU) e TCE-PR (Concessões Rodoviárias):** Teve editais e modelagens financeiras do novo pedágio paranaense submetidos a escrutínio rigoroso do Tribunal de Contas da União e do TCE-PR, em virtude de questionamentos de entidades do setor produtivo e do agronegócio acerca do valor do aporte por degrau tarifário e do cronograma obrigatório de duplicações. Os lotes iniciais foram cancelados pelos órgãos de controle após ajustes técnicos.
- **Prestação de Contas Eleitorais:** Contas de campanhas anteriores aprovadas com ressalvas formais no TRE-PR, relativas à tempestividade na emissão de relatórios financeiros e declaração de notas fiscais de gráficas, sem condenações colegiadas por ilícitos eleitorais.
- **Conselhos e CPIs na Câmara:** Integrou a CPI da Petrobras (2015) e a CPMI da JBS (2017), adotando postura de cobrança às diretorias de estatais e atuação alinhada às bancadas do centro moderado.

2.3. Requião Filho (Partido Democrático Trabalhista - PDT)

A. Trajetória Profissional Fora da Vida Política

- **Origem e Formação Acadêmica:** Nascido em Curitiba (PR) em 1979, filho do ex-governador e ex-senador Roberto Requião. Graduiu-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). É especialista em Direito do Estado e Processo Civil.
- **Advocacia Privada e Consultoria Jurídica:** Atuou como advogado militante no contencioso cível, imobiliário e administrativo em Brasília e Curitiba antes de disputar mandatos eletivos, mantendo banca jurídica própria voltada a direitos coletivos, pareceres constitucionais e assessoria a cooperativas e pequenas empresas.

B. Atuação Legislativa na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)

- **Mandatos Parlamentares (2015–2026):**
 - Eleito deputado estadual em 2014, 2018 e reeleito em 2022 pelo PT/PDT.

- Líder da Oposição na ALEP durante a gestão Ratinho Junior.
- Presidente e membro ativo da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor e da CCJ da ALEP.
- **Principais Batalhas Legislativas e Projetos:**
 - **Oposição à Desestatização da Copel (2022–2023):** Liderou a bancada de contestação à transformação da Companhia Paranaense de Energia em corporação sem controle estatal, sustentando ações de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e o STF.
 - **Combate ao Programa "Parceiro da Escola" (2024):** Atuou contra o projeto de lei que transferiu a gestão administrativa e de infraestrutura de mais de 200 colégios da rede estadual para a iniciativa privada, apoiando a greve e mobilização do sindicato dos professores (APP-Sindicato).
 - **Fiscalização de Concessões e Isenções Fiscais:** Formulou pedidos formais de auditoria sobre os termos de ajustamento de conduta (TACs) e benefícios fiscais concedidos pela Secretaria da Fazenda a grandes corporações e multinacionais instaladas no Paraná.

C. Passivo Jurídico, Comitês de Ética e Procedimentos Administrativos

- **Conselho de Ética da ALEP:** Sofreu representações disciplinares no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da ALEP movidas por parlamentares da base governista em decorrência de pronunciamentos na tribuna criticando a cúpula do Executivo e o comando da Mesa Diretora da Assembleia. Os procedimentos foram arquivados com advertências verbais e acordos de conduta regimental.
- **Ações Cíveis Públicas e Mandados de Segurança:** Autor de dezenas de ações populares e mandados de segurança perante a Vara da Fazenda Pública de Curitiba e o Tribunal de Justiça do Paraná para suspender leilões de ativos estatais, terceirizações da saúde e atos executivos sobre a regulação do pedágio da AGEPAR.
- **Migração Partidária:** Deixou o MDB em 2022 acompanhando o pai, filiou-se ao PT e, posteriormente, migrou para o PDT para construir uma candidatura de perfil

trabalhista independente, evitando a subordinação direta à federação nacional do PT.

2.4. Candidaturas Alternativas e Ideológicas

O quadro de candidatos ao governo estadual em 2026 conta ainda com candidaturas de legendas menores e forças emergentes que tensionam o debate programático:

Candidato(a)	Partido	Perfil Profissional e Ocupacional	Eixo Central de Campanha
Luiz França	Missão	Advogado (31 anos), especialista em Análise Econômica do Direito; militante ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL).	Liberalismo integral, privatização total de empresas públicas remanescentes (Sanepar), cortes drásticos de impostos e desregulamentação.
Tayná Miessa	UP	Produtora Cultural (30 anos), coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Casa Enedina Marques.	Socialismo, reestatização da Copel e Compagas, congelamento de tarifas, reforma agrária estadual e combate ao feminicídio.
Alexandre Salomão	Mobiliza	Advogado criminalista, ex-integrante do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPED/TJ-PR).	Direitos fundamentais, reforma do sistema carcerário do Paraná, apoio à advocacia e defesa do funcionalismo de carreira.

Candidato(a)	Partido	Perfil Profissional e Ocupacional	Eixo Central de Campanha
Samuel de Mattos	PSTU	Professor de Matemática da rede básica (38 anos), militante da CSP-Conlutas.	Estatização sob controle dos trabalhadores, não pagamento da dívida pública com a União, revogação do novo pedágio.
Adriano Funileiro	PCO	Operário funileiro e líder sindical da base metalúrgica.	Defesa irrestrita das organizações sindicais, críticas ao Judiciário e dissolução das agências reguladoras estaduais.

3. Radiografia Institucional: Processos Judiciais, CPLs e Controles de Ética

A tabela abaixo consolida os antecedentes institucionais, decisões judiciais de tribunais superiores e investigações em comissões parlamentares que impactam os principais concorrentes:

SITUAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DOS CANDIDATOS (2026)	
[SERGIO MORO - PL]	
• TSE (Julgamento 2024): Absolvição unânime na AIJE por suposto abuso econômico. • STF (2021): Reconhecimento de incompetência e parcialidade em ações da Lava Jato • Senado: Atuação na CPMI do 8 de Janeiro / Sem condenações no Conselho de Ética.	
[SANDRO ALEX - PSD]	
• TCU / TCE-PR: Auditoria nas modelagens dos 6 lotes do novo Pedágio do Paraná. • Gestão SEIL: Fiscalização de aditivos e obras nos Portos de Paranaguá/Antonina. • Prestação Eleitoral: Contas de campanhas federais regulares com ressalvas.	

[REQUIÃO FILHO - PDT]

- Conselho de Ética da ALEP: Representações de governistas arquivadas sem perda.
- TJ-PR / STF: Autor de ADIs contra a desestatização da Copel e Parceiro da Esc.
- Atuação Parlamentar: 3 mandatos na ALEP sem condenações em tribunais de contas.

4. Análise Comparativa das Propostas de Governo

As diretrizes apresentadas pelos postulantes ao Palácio Iguaçu estruturam-se em visões de Estado diametralmente opostas, conforme comparado na matriz setorial:

MATRIZ COMPARATIVA DE PLANOS DE GOVERNO (2026)			
EIXO TEMÁTICO	SERGIO MORO (PL)	SANDRO ALEX (PSD)	REQUIÃO FILHO
1. Infraestrutura e Concessões	Fiscalização estrita de contratos; ampliação da malha ferroviária e PPPs	Execução integral dos 6 lotes de pedágio; Nova Ferroeste; modernização	Revisão jurídica dos contratos de pedágio; controle de segurança nas rodovias
2. Segurança Pública e Justiça	Linha-dura, tecnologia, integração de bancos de dados balísticos e ação na fronteira com Foz.	Integração das polícias; valorização de carreiras; reforço do policiamento rural e de divisas.	Foco em perícia, investigação e polícia comunit.; direitos humanos.
3. Gestão e Ativos Públicos	Estado regulador mínimo; governança corporativa e	Modelo misto; atração de capital privado sem nova	Reestatização de serviços; freio

		atração de capital ext.	onda de privatizações.	total em PPPs.
4. Educação Básica	Escolas cívico-militares;	Expansão do programa	Revogação do	
e Superior	metas de desempenho e	"Parceiro da Escola" e	Parceiro da Esc.;	
	meritocracia docente.	modernização digital.	concurso	
público.				
5. Política Fiscal	Desoneração tributária;	Manutenção de incentivos	Revisão de bene-	
e Agronegócio	simplificação do ICMS;	setoriais (Paraná Comp.);	fícios a grandes	
	defesa da propriedade.	crédito à agroindústria.	empresas e	
agro.				

5. O Teste da Realidade: Confronto Entre Promessas e Amarras Legais/Fiscais

A viabilidade das propostas formuladas pelos candidatos depende de rigorosa conformidade com o ordenamento jurídico constitucional, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e os limites de endividamento e regulação do Estado do Paraná.

AMARRAS LEGAIS E LIMITES AO NOVO GOVERNADOR			
[LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL]	[VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS]		
• Limite de Pessoal: Max 60% da RCL	• Educação: Mínimo 25% da Receita (CF)		
• Despesa Previdenciária Consolidada	• Saúde: Mínimo 12% da Receita (CF)		
• Dívida Consolidada Líquida / Caixa	• Autonomia Financeira dos Poderes		
[SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO]	[MARCO CONTRATUAL FEDERAL]		
• Indenizações bilionárias em quebras	• Concessões Rodoviárias vinculadas à		
• Agência Reguladora (AGEPAR)	ANTT e Tribunal de Contas da União		
• Leis de Sociedades Anônimas (Copel)	• Novo Arcabouço Fiscal da União		

A. Rigidez Orçamentária e a Folha de Pagamento

O Orçamento Geral do Estado do Paraná (estimado em mais de **R\$ 70 bilhões** anuais na LOA) apresenta baixíssima flexibilidade para investimentos discricionários:

- **Despesas Obrigatórias:** Cerca de **88% a 92%** de toda a Receita Corrente Líquida (RCL) do Paraná encontra-se previamente comprometida com despesas de pessoal, aposentadorias e pensões da Parana Previdência, serviço da dívida pública com a União e repasses constitucionais aos municípios (25% do ICMS e 50% do IPVA).
- **Limites da LRF para Pessoal:** O Poder Executivo paranaense opera historicamente próximo ao *Limite Prudencial* de gastos com pessoal (fixado em 46,55% da RCL para o Executivo). Promessas generalizadas de aumentos reais expressivos a professores e policiais ou reestruturações amplas de tabelas salariais encontram barreira intransponível na LRF e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sob pena de crime de responsabilidade fiscal do governador.

B. Vinculações Constitucionais de Saúde e Educação

Tanto a expansão do programa "Parceiro da Escola" (defendida pela base governista) quanto a revogação de contratos com empresas terceirizadas (exigida pela esquerda) esbarram nas travas dos artigos 198 e 212 da Constituição Federal:

- O Estado é obrigado a aplicar no mínimo **25% de sua receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e 12% nas ações e serviços públicos de saúde.**
- O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) glosa reiteradamente despesas de custeio administrativo terceirizado que não se enquadrem estritamente como atividade de ensino, limitando manobras contábeis para cumprimento dos índices constitucionais.

C. A Segurança Jurídica dos Contratos de Pedágio e Concessões

Propostas que sugerem a "revisão unilateral" ou o "cancelamento" das tarifas de pedágio licitadas nos Lotes 1 a 6 do Paraná enfrentam impedimentos jurídicos profundos:

- **Competência Regulatória Federativa:** A maioria dos lotes rodoviários concedidos integra rodovias federais delegadas (BR-277, BR-376, BR-369). A gestão contratual pertence à **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)** e ao Ministério dos Transportes, não estando sob a alçada monocrática do Governador do Estado.
- **Equilíbrio Econômico-Financeiro:** A quebra unilateral de cláusulas contratuais implicaria a obrigação de o Estado pagar indenizações multibilionárias às concessionárias e consórcios vencedores dos leilões da B3, deflagrando sanções do Tesouro Nacional e a suspensão de garantias da União para novos empréstimos internacionais (BID e Banco Mundial).

D. A Desestatização da Copel e os Limites de Reestatização

A promessa de "reestatização da Copel" defendida por legendas da esquerda esbarra na nova estrutura societária da empresa:

- A Copel foi convertida em uma verdadeira *Corporation*, com ações pulverizadas no mercado internacional (B3 e NYSE) e limite de voto (*poison pill*) fixado em 10% para qualquer acionista individual, inclusive o Estado.
- Para recomprar o controle acionário, o Tesouro Estadual teria que desembolsar quantias superiores a **R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões em dinheiro vivo**, valor que superaria a capacidade total de investimentos de um mandato inteiro de quatro anos, além de enfrentar aprovação obrigatória por maioria qualificada na Assembleia Legislativa.

6. Considerações Finais: O Futuro do Palácio Iguaçu

A disputa pelo Governo do Paraná em 2026 desenha um pleito de transição geracional e reconfiguração de poder.

O resultado das urnas ditará o modelo de governabilidade do estado nos próximos quatro anos:

- A vitória de **Sergio Moro (PL)** representaria a consolidação institucional do lavajatismo e da direita conservadora no comando de um dos três maiores estados

do Centro-Sul, posicionando o Paraná como um polo de oposição ao Governo Federal progressista em Brasília.

- A vitória de **Sandro Alex (PSD)** consagraria a hegemonia da engenharia política de Ratinho Junior e Gilberto Kassab, mantendo a continuidade do modelo de concessões, atração de investimentos privados e pragmatismo federativo.
- A ascensão de **Requião Filho (PDT)** ou forças de oposição representaria a reversão da agenda privatista paranaense, reabrindo o debate sobre o papel do Estado na regulação de tarifas e serviços públicos essenciais.

Seja qual for o vencedor escolhido pelo eleitorado paranaense em outubro de 2026, o futuro governador encontrará um Estado dinâmico economicamente, mas amarrado por restrições fiscais, compromissos contratuais de longo prazo e um parlamento estadual vigilante que exigirá negociação permanente para qualquer alteração de rumo na administração pública.

Referências Bibliográficas e Fontes Oficiais

- **BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB).** *Relatórios de Gestão Fiscal e Dívida Consolidada dos Estados*. Brasília: BCB, 2026.
- **BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).** *Acórdão no Recurso Ordinário Eleitoral na AIJE nº 0604176-51.2022.6.16.0000 (Julgamento Sergio Moro)*. Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques. Brasília: TSE, 2024.
- **IPARDES.** *Perfil Socioeconômico do Paraná e Contas Regionais*. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2025/2026.
- **JOTA.** *Quem são os candidatos ao governo do Paraná (PR) nas eleições de 2026*. Disponível em: [JOTA Eleições 2026](#).
- **PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP).** *Diários da Assembleia, Votações Nominais e Comissões*. Curitiba: ALEP, 2022–2026.
- **PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-PR).** *Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)*. Curitiba: SEFAZ, 2025/2026.

- **PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).** *Relatórios de Auditoria nas Concessões Rodoviárias e no Programa Parceiro da Escola.* Curitiba: TCE-PR, 2024/2025.
- **UOL / QUAEST.** *Pesquisa de Intenção de Voto para o Governo do Paraná (Registro TSE PR-05388/2026).* São Paulo: UOL Notícias, agosto de 2026. Disponível em: [UOL Política](#).